

Rumo a Economia Política da Incerteza<sup>1</sup>  
*mudança social discursiva sobre o valor trabalho nas sociedades contemporâneas*

William Dias Braga<sup>2</sup>

*Resumo: O autor analisa o processo de mudança social discursiva sobre o valor-trabalho, diante do fenômeno da reestruturação produtiva, da tecnologização da ciência, do dinamismo contraditório do próprio capital, da articulação ideológica das soluções tecnológicas para os problemas e necessidades sociais, e das ilusões históricas em face a tendência ideológica central do cientificismo neopositivista. Amparada pela idéia de que a ciência segue um curso de desenvolvimento independente, tal ideologia defende a tese de que eliminando o trabalho vivo o capital possa continuar se reproduzindo. Essa perspectiva de transformação da ciência na principal força produtiva, que substitui e elimina o trabalho vivo no processo de criação de valores, apaga a interação crescente entre trabalho e conhecimento científico, e não se sustenta empiricamente, pois desconsidera um elemento essencial dado pela complexidade das relações entre a ciência e as três categorias fundamentais da economia política.*

*Palavras-Chave: economia política, mudança social discursiva, valor trabalho, saber científico, saber laborativo*

---

### **1 Trabalho, valor e capital: a Economia Política em xeque**

Parece cada vez mais premente a necessidade de compreender as transições paradigmáticas que estão ocorrendo no interior do mundo do trabalho, e em particular no que tange ao campo da economia política e do assim chamado capitalismo cognitivo, em um cenário marcado pelas especulações acerca da transformação do saber em capital, que alguns autores consideram um novo pilar epistemológico para a revisão e superação das três categorias fundamentais da economia política – o trabalho, o valor e o capital.

Testemunhamos o processo de mudança social discursiva sobre o valor-trabalho, com os avanços da tecnologia microeletrônica e da racionalização das técnicas organizacionais do processo de trabalho, orientados por conceitos que parecem colocar em xeque a centralidade do trabalho, diante do aumento exponencial de importância da informação e do trabalho imaterial, apagando as reais condições de trabalho precário e de rebaixamento do horizonte utópico, que relegam a um mundo distante o conceito de trabalho humano como obra criativa, livre da esfera da necessidade.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao GT Economia Política e Políticas de Comunicação, no XVI Encontro Anual da COMPÓS, realizado na Universidade Tuiuti do Paraná – UTP, em Curitiba-PR, no mês de junho de 2007.

<sup>2</sup> Professor-Adjunto da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECO/UFRJ.  
E-mail: db.william@gmail.com

Quero contribuir para essa reflexão sugerindo algumas questões sobre a lógica da Economia Política da Comunicação no âmbito das Políticas Públicas para fomento e divulgação das atividades em Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), e espero ser capaz de empreender uma reflexão coletiva sobre o campo da Crítica à Economia Política sob a ótica da Comunicação e do Trabalho.

Pretendo compartilhar das anotações e interrogações relativamente elaboradas a respeito da “economia política da incerteza” e da colonização do discurso pelos imperativos categóricos do progresso – nos campos da Comunicação e Trabalho, Conhecimento e Poder – uma vez que as Políticas de Ciência e Tecnologia buscam, em nível mundial, um maior entrosamento entre a pesquisa pública e o setor privado na economia, e que essas mudanças de postura dos países desenvolvidos estão se refletindo na agenda brasileira de política de C&T, com todas as limitações inerentes a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho.

Se o **primeiro marco** dessas mudanças foi a elaboração, na primeira metade da década de 1990, de projeto identitário para o trabalhador brasileiro, com ênfase nas capacidades de adquirir e utilizar novas tecnologias e equipamentos, o **segundo marco**, uma década adiante, é a criação de um ambiente institucional neo-schumpeteriano, com ênfase nas capacidades de aprender e inovar, em que o Estado, organizado comercialmente, privilegia o capitalismo industrial, a propriedade privada, a divisão do trabalho e a livre concorrência, através de políticas públicas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) para a regulação social e a acumulação de riqueza, com a manipulação cognitiva do conceito de inovação técnica e das políticas necessárias à sua consecução, processos considerados vitais para a produtividade e a competitividade, com o conseqüente reforço *a priori* do valor ciência, da teoria do capital humano e da necessidade de obtenção de vantagem competitiva pela inovação.

A inovação técnica é, assim, assumida como um fim em si mesma – e como solução presumida para problemas estruturais complexos. Como decorrência, em nome da inovação, têm-se legitimado propostas conservadoras, homogeneizado políticas e práticas e promovido a repetição de propostas que não consideram a diversidade dos contextos sociais e culturais, com a transferência acrítica de modelos institucionais propostos pela comunidade internacional.

No que tange à inovação técnica, à produtividade do trabalho e à construção da ciência como força produtiva, a crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas conseqüências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho, com a mediação dos discursos tecnocientíficos apoiada pelos meios de comunicação de massa.

Gostaria de começar com uma crítica à conhecida formulação de Habermas acerca da prevalência da “ciência como principal força produtiva”, subordinando e reduzindo o papel do trabalho no processo de criação de valores (HABERMAS, 1993).

Nas palavras de Habermas (da edição portuguesa):

Desde o final do século XIX, impõe-se cada vez com mais força a outra tendência evolutiva que caracteriza o capitalismo tardio: a cientificização da técnica. No capitalismo sempre se registou a pressão institucional para intensificar a produtividade do trabalho por meio da introdução de novas técnicas. As inovações dependiam, porém, de inventos esporádicos que, por seu lado, podiam sem dúvida ser induzidos economicamente, mas tinham ainda um carácter natural. Isso modificou-se, na medida em que a evolução técnica é realimentada com o progresso das ciências modernas. Com a investigação industrial de grande estilo, a ciência, a técnica e a revalorização do capital confluem num único sistema. Entretanto, a investigação industrial associa-se a uma investigação nascida dos encargos do Estado, que fomenta em primeiro lugar o progresso científico e técnico no campo militar. Daí as informações refluem para as esferas da produção civil de bens. Deste modo, a ciência e a técnica transformam-se na primeira força produtiva e caem assim as condições de aplicação da teoria marxiana do valor-trabalho. Já não mais tem sentido computar os contributos ao capital para investimentos na investigação e no desenvolvimento sobre a base do valor da força de trabalho não qualificada (simples), se o progresso técnico e científico se tornou uma fonte independente de mais-valia frente à fonte de mais-valia que é a única tomada em consideração por Marx: a força de trabalho dos produtores imediatos tem cada vez menos importância (HABERMAS, 1993: 72-73).

Esse postulado, ao substituir a tese do valor-trabalho pela conversão da ciência em principal força produtiva, não leva em consideração um elemento essencial dado pela complexidade das relações entre a teoria do valor e a do conhecimento científico. Desconsidera, assim, que o “trabalho vivo, juntamente com a ciência e a tecnologia, constitui uma unidade complexa e contraditória sob as condições dos desenvolvimentos capitalistas”, dado que “a tendência do capital para atribuir à produção um carácter científico é contrabalançada pelas limitações mais íntimas do capital; isto é, pela necessidade paralisante e anti-social de ‘manter como valor, o valor já criado’, para conter a produção dentro da base limitada do capital” (MÉSZÁROS, 2004: 198).

Habermas não reconhece que os objetivos e potencialidades de todas as concepções etnocêntricas liberal/ reformistas, incluindo a sua própria, são limitados por seu ponto de vista liberal-democrático ocidental, e acaba desenvolvendo um quadro teórico extremamente problemático, que ignora sistematicamente não apenas a real situação dos explorados no Terceiro Mundo, como também as sérias limitações históricas e estruturais que pesam sobre “a comunidade ideal de comunicação” ou qualquer estrutura de comunicação estabelecida nas sociedades de classe e em defesa de suas pretensões hegemônicas mutuamente excludentes.

É na natureza potencialmente consensual (ou pseudoconsensual) da comunicação que ocorre o “diálogo espontâneo” e absolutamente idealista da inovação técnica e da transformação da ciência na principal força produtiva – considerando-se a importância estratégica das questões em jogo e o poder de controle dos complexos institucionais hierarquicamente articulados – para que as relações de poder da ordem socioeconômica

capitalista sejam apagadas e as motivações ideológicas subjacentes sejam subordinadas ao “pragmatismo universal” e ao espírito confinado das sociedades capitalistas “avançadas”.

Mészáros defende a idéia – da qual compartilho – que Habermas tenta fugir das contradições de seus postulados consensuais utilizando vários deslocamentos conceituais dúbios.

Assim, desafiando a evidência do desenvolvimento sócio-histórico real, Habermas só pode argumentar da maneira como o faz, passando injustificadamente da experiência parcial (e contraditória até mesmo em sua parcialidade) do capitalismo ocidental à formulação de afirmações de validade geral. Como não pode sustentar esta validade tendo como referência o sistema global do capital, tal como é historicamente constituído e estruturado, Habermas deve dar a aparência de plausibilidade a seus postulados teóricos gerais – que defendem categórica e dogmaticamente nada menos do que a desvalorização da importância do trabalho no mundo da vida, ao mesmo tempo que rejeitam a filosofia da práxis marxiana como algo que é irrelevante para a causa da emancipação – extraindo conclusões universalistas da contingência histórica da existência capitalista desenvolvida, mal avaliada quanto aos fatos e estritamente limitada (e por isso não generalizável, a não ser violando as leis da lógica). (MÉSZÁROS, 2004: 87-88).

Segundo o autor, a principal preocupação teórica de Habermas era mostrar que as “sociedades modernas” – as sociedades do “capitalismo organizado, avançado” – resolveram com sucesso seus problemas estruturais através de uma “crescente interdependência da pesquisa e da tecnologia, o que transformou as ciências na principal força produtiva [...] eliminando, desse modo, as condições relevantes para a aplicação da economia política na versão corretamente formulada por Marx para o capitalismo liberal”.

Desse modo, cumprimentando Marx com a mão esquerda e dando-lhe um tapinha nas costas que simultaneamente o relegava à era irrevogavelmente passada do capitalismo liberal, Habermas procedeu, em nome da atualização do marxismo, à eliminação de todos os princípios fundamentais de Marx (op.cit.: 194).

A primeira condição a ser eliminada foi a teoria do valor-trabalho, diante do argumento baseado na presunção de que ciência e tecnologia se transformam na principal força produtiva, tornando inoperante as condições da teoria do valor-trabalho de Marx. Habermas parte de uma percepção invertida dos desenvolvimentos capitalistas modernos, descritos como a “cientificização da tecnologia”, quando testemunhamos, em verdade, um processo contrário, caracterizado pela *tecnologização da ciência*, com impactos expressivos no campo do próprio desenvolvimento científico.

As afirmações de Habermas de que a ciência e a tecnologia são a principal força produtiva são não apenas factualmente incorretas com referência a Marx, mas também inteiramente mistificadoras em sua substância, uma vez estudadas e confrontadas as obras “Técnica e Ciência como Ideologia”, de Habermas, e os “*Grundrisse*”, de Marx.

## 2 Mutações da ciência no interior do mundo do trabalho

Liberada pelo capital para expandir-se, mas sendo em última instância prisioneira da necessidade de subordinar-se aos imperativos do processo de criação de valores de troca, a ciência não pode converter-se “em principal força produtiva”, em ciência e tecnologia independentes, pois isso “explodiria, faria saltar pelos ares a base material do sistema de produção do capital”, como alertou Marx nos *Grundrisse* (Cf. ANTUNES, 2000: 122).

As suas notas antecipatórias mostram que desde meados do século XIX a relação entre valor-trabalho e ciência tinha extrema relevância. Mas, mesmo reconhecendo o hiperdimensionamento assumido pela ciência no mundo contemporâneo, o conhecimento social gerado pelo progresso científico tem seu objetivo restringido pela lógica da reprodução do capital. Impossibilitado de instaurar uma forma societal que produza coisas úteis com base no tempo disponível, resta à cientificização da tecnologia adequar-se ao tempo necessário para produzir valores de troca. A ausência de independência frente ao capital e seu ciclo reprodutivo a impede de romper essa lógica (IDEM).

Não se trata, portanto, de dizer que a teoria do valor-trabalho não reconhece o papel crescente e preponderante da ciência, mas que a ciência encontra-se tolhida em seu desenvolvimento pela base material das relações entre capital e trabalho, a qual ela não pode superar. E é por essa restrição estrutural, que libera e mesmo impele a sua expansão para o incremento da produção de valores de troca mas impede o salto qualitativo societal para uma sociedade produtora de bens úteis segundo a lógica do tempo disponível, que a ciência não pode se converter na principal força produtiva. Profundamente vinculadas aos condicionantes sociais do sistema de capital, a ciência e a tecnologia não têm lógica autônoma e nem um curso independente, mas tem vínculos sólidos com o seu movimento reprodutivo (IBIDEM).

Na síntese oferecida por Mészáros:

O grande dilema da ciência moderna é que seu desenvolvimento esteve sempre ligado ao dinamismo contraditório do próprio capital. Além disso, a impossibilidade de separar a ciência e a tecnologia modernas deste perverso dinamismo está destinada a permanecer conosco enquanto não for realizada uma tentativa consciente e socialmente viável para produzir e manter a necessária separação. Desse modo, por mais popular que seja a ficção do desenvolvimento científico imanente, a ciência moderna não pode deixar de se orientar para a implementação mais eficaz possível dos imperativos objetivos que definem a natureza e os limites inerentes ao capital, assim como seu modo necessário de funcionamento nas mais variadas circunstâncias. [...] A realização da muito necessária separação entre a ciência e as determinações capitalistas destrutivas só é concebível se a sociedade como um todo escapar da órbita do capital e estabelecer um novo campo – com princípios de orientação diferentes – em que as práticas científicas possam florescer a serviço dos objetivos humanos (MÉSZÁROS, 2004: 266-267).

A produção do valor de uso tornou-se impiedosamente subordinada aos imperativos do valor de troca sempre em expansão, progressivamente transformando este último em um poder auto-sustentado. Como tal, ele se tornou não apenas indiferente às necessidades

humanas, mas ativa e diametralmente oposto a elas, apropriando-se, sem levar em conta as conseqüências, dos recursos materiais e intelectuais finitos da sociedade em sua qualidade de antivalor de uso necessariamente auto-orientado e autoperpetuador. Portanto, a força-motriz destes desenvolvimentos foi, desde o início, socioeconômica em sua substância, e não tecnológico-instrumental, como as interpretações apologéticas do estado de coisas prevalecente gostariam que fosse (IDEM: 268-269).

A ciência moderna foi obrigada a servir com todos os meios a sua disposição à expansão do valor de troca, dentro do quadro de um sistema de produção orientado para o mercado que, em si, estava sujeito aos ditames da concentração e da centralização do capital, assim como à absoluta necessidade de lucro sob as condições da composição orgânica do capital que, do ponto de vista da facilidade de lucro, foi se tornando cada vez pior (IDEM: 269). O que implica eliminar a relação hoje dominante, em que a produção de valores de uso está subordinada ao seu valor de troca. Sem desconhecer a dialética das interações recíprocas, o sentido estruturalmente dominante do valor de troca acaba por impor-se aos avanços científicos e tecnológicos.

### *2.1 Submissão aos imperativos sociais, institucionais e materiais reificados*

Dentre as **mediações de primeira ordem** (MÉSZÁROS, 2002 e ANTUNES, 2000), cuja finalidade é a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal, estão (1) a regulação do processo de trabalho, pela qual o necessário intercâmbio comunitário com a natureza possa produzir os bens requeridos, os instrumentos de trabalho, os empreendimentos produtivos e o conhecimento para a satisfação das necessidades humanas; (2) a organização, coordenação e controle da multiplicidade de atividades, materiais e culturais, visando o atendimento de um sistema de reprodução social cada vez mais complexo; (3) a alocação racional dos recursos materiais e humanos disponíveis, lutando contra as formas de escassez, por meio da utilização econômica (no sentido de economizar) viável dos meios de produção, em sintonia com os níveis de produtividade e os limites sócio-econômicos existentes; (4) a constituição e organização de regulamentos societais designados para a totalidade dos seres sociais, em conjunção com as demais determinações e funções de mediação primárias.

A **segunda ordem de mediações** corresponde a um período específico da história humana, que acabou por afetar profundamente a funcionalidade das mediações de primeira ordem ao introduzir elementos fetichizadores e alienantes de controle social metabólico, com o apoio sistêmico dos discursos sobre capital e trabalho nos MCM. O capital nada mais é do que uma dinâmica, um modo e um meio totalizante e dominante de mediação reprodutiva, articulado com um elenco de estruturas institucionais e de práticas sociais consolidadas.

As condições necessárias para a vigência das mediações de segunda ordem, que decorrem do advento do sistema de capital, são encontradas nos discursos dos MCM por meio dos seguintes elementos: (1) a separação e alienação entre o trabalhador e os meios de produção; (2) a imposição dessas condições objetivadas e alienadas sobre os trabalhadores, como um poder separado que exerce o mando sobre eles; (3) a personificação do capital como um valor egoísta – com sua subjetividade e pseudopersonalidade usurpadas –, voltada para o atendimento dos imperativos expansionistas do capital; (4) a equivalente personificação do trabalho, isto é, a personificação dos operários como trabalho, destinado a estabelecer uma relação de dependência com o capital historicamente dominante.

Assim, ao passo que cada uma das formas de mediação de primeira ordem é alterada e subordinada aos imperativos de reprodução do capital, o sistema de mediação de segunda ordem tem um núcleo constitutivo formado pelo tripé capital, trabalho e Estado, tornando-se o mais poderoso e abrangente sistema de metabolismo social.

As mediações de segunda ordem, impostas pelo sistema de metabolismo societal do capital, por meio da propriedade privada, da troca, da divisão social hierárquica do trabalho, além de atingir e metamorfosear as mediações primárias, também afetaram outras dimensões da atividade dos seres sociais. A ciência padeceu igualmente dessas conseqüências negativas, pois teve que se submeter aos imperativos sociais, institucionais e materiais reificados pela vigência do sistema de mediações de segunda ordem.

Ontologicamente prisioneira do solo material estruturado pelo capital, a ciência não poderia tornar-se a sua principal força produtiva. Ela interage com o trabalho, na necessidade preponderante de participar do processo de valorização do capital. Não se sobrepõe ao valor, mas é parte intrínseca de seu mecanismo. Essa interpenetração entre atividades laborativas e ciência associa e articula a potência constituinte do trabalho vivo à potência constituída do conhecimento tecnocientífico na produção de valores (materiais ou imateriais). O saber científico e o saber laborativo mesclam-se mais diretamente no mundo produtivo contemporâneo sem que o primeiro “faça cair por terra” o segundo (Cf. ANTUNES, 2000: 123).

Várias experiências no chão das fábricas – em especial as de veículos automotores – fracassaram quando procuraram automatizar o processo produtivo minimizando e desconsiderando o trabalho. As máquinas inteligentes não podem substituir os trabalhadores. Ao contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual do operário, que ao interagir com a máquina informatizada acaba também por transferir parte dos seus novos atributos intelectuais e cognitivos à nova máquina que resulta desse processo. Estabelece-se, então, um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não leva (e não

pode levar) à extinção do trabalho vivo e de sua potência constituinte sob o sistema de metabolismo social do capital. Esse processo de retroalimentação impõe ao capitalismo a necessidade de encontrar uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico (IDEM: 123-124).

A superioridade dos países industrializados está marcada pela crescente interação entre trabalho e ciência, entre execução e elaboração, entre avanço tecnológico e “envolvimento” adequado da força de trabalho, exatamente onde o fordismo, fundado numa separação rígida entre produção e elaboração, execução e concepção, mostrava-se exaurido na sua capacidade de expropriação do saber fazer intelectual do trabalho, do trabalho intelectual abstrato, da dimensão cognitiva presente no trabalho vivo. A principal mutação no interior do processo de produção de capital na fábrica flexível não se encontra, portanto, na conversão da ciência em principal força produtiva que substitui e elimina o trabalho no processo de criação de valores, mas sim na interação crescente entre trabalho e ciência, trabalho material e imaterial, elementos fundamentais no mundo produtivo (industrial e de serviços) contemporâneo.

Além do saber operário, que o fordismo expropriou e transferiu para a esfera da gerência científica, para os níveis de elaboração, a nova fase do capital, da qual o toyotismo é a melhor expressão, retransfere o *savoir-faire* para o trabalho, mas o faz visando apropriar-se crescentemente da sua dimensão intelectual, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária. Os trabalhos em equipes, os círculos de controle, as sugestões oriundas do chão da fábrica, são recolhidos e apropriados pelo capital nessa fase de reestruturação produtiva. Suas idéias são absorvidas pelas empresas, após uma análise e comprovação de sua exequibilidade e vantagem (lucrativa) para o capital. Mas o processo não se restringe a essa dimensão, uma vez que parte do saber intelectual é transferido para as máquinas informatizadas, que se tornam mais inteligentes, reproduzindo uma parcela das atividades a elas transferidas pelo saber intelectual do trabalho (IBIDEM: 131)

Como a máquina não pode suprimir o trabalho humano, ela necessita de uma maior interação entre a subjetividade que trabalha e o novo maquinário inteligente. E, nesse processo, o envolvimento interativo aumenta ainda mais o estranhamento do trabalho, amplia as formas modernas da reificação, distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma cotidianeidade autêntica e autodeterminada. Com a aparência de um despotismo mais brando, a sociedade produtora de mercadorias torna, desde o seu nível

microc3smico, dado pela f3brica moderna, ainda mais profunda e interiorizada a condi33o do estranhamento presente na subjetividade oper3ria.

Para as lideran3as empresariais, imp3e-se a necessidade de operar profundas transforma33es no atual sistema educacional, tornando-o compat3vel com a nova realidade. Desse modo, uma educa33o voltada simplesmente para a inser33o do indiv3duo nessa sociedade e n3o para a transforma33o social 3 alienante ao alinhar-se ideologicamente com os interesses da continuidade do modelo social-capitalista. O saber deixa de ser media33o para a forma33o do homem no seu sentido mais amplo, ou seja, deixa de ter a fun33o de atualizar historicamente o indiv3duo e passa a ocupar o papel de mercadoria que se aliena de seu produtor. O saber-mercadoria, nesse contexto, n3o tendo valor como formador do homem no sentido hist3rico, assume o papel de valor de troca, calcado na pedagogia das compet3ncias, voltado para a qualifica33o do trabalho, em que as desigualdades – diante da realidade de exclus3es econ3micas e culturais – s3o sublimadas em nome do direito 3s diferen3as. Educar os sujeitos para a produ33o de valores 3teis 3 sociedade (e n3o de mercadorias portadoras de valores de troca) 3 um ato pol3tico e pedag3gico fundamental, j3 que, segundo Marx, s3o os valores de uso que constituem o conte3do material da riqueza existente na sociedade. “Como atividade que visa, de uma forma ou de outra, 3 apropria33o do que 3 natural, o trabalho 3 condi33o natural da exist3ncia humana, uma condi33o do metabolismo entre homem e natureza, independentemente de qualquer forma social” (MARX, 1999: 65).

Mais do que remeter a aspectos centrados na cogni33o, o projeto identificat3rio estrutura-se com 3nfase no campo afetivo, uma vez que o trabalhador “adere” 3s id3ias difundidas para a solu33o da crise do capital – seja atrav3s do quadro axiom3tico da reestrutura33o produtiva, seja atrav3s da inova33o t3cnica, seu corol3rio – situando-se na complexidade das novas rela33es sociais e identificando possibilidades individuais da afirma33o nessa sociedade, a partir de seu empenho e capacidade.

O trabalho imaterial no interior da grande ind3stria possui uma interse33o clara entre a esfera da subjetividade do trabalho (seu tra3o mais propriamente intelectual e cognitivo) e o processo produtivo, que obriga freq3entemente o trabalhador a “tomar decis3es”, “analisar as situa33es”, oferecer alternativas frente a ocorr3ncias inesperadas. O oper3rio deve converter-se num elemento de integra33o cada vez mais envolvido, expressando uma capacidade de ativar e gerar a coopera33o produtiva, seja na vig3ncia da for3a constituinte do trabalho vivo, tanto na sua manifesta33o como trabalho material – ainda fortemente predominante, quando se analisa o sistema produtivo global – seja nas

formas de vigência do trabalho imaterial, uma tendência cada vez mais presente e crescente nos processos de ponta do mundo produtivo.

Numa perspectiva distorcida de educação, os discursos em vigor nos MCM têm selecionado os fragmentos discursivos mais afeitos à ação do capital e da classe dominante, pregando assim um ideal de civilização e a satisfação dos cidadãos com a busca incessante de inovações tecnológicas, com a criação do ambiente institucional favorável à sua consolidação; um capitalismo que mascara, de *mediato*, a possível e desejável substituição do conhecimento-regulação pelo conhecimento-emancipação (que precisa de *mediação*), que aliena o conhecimento científico da cidadania efetiva, que produz violência e incompreensão acerca da relação entre conhecimento e poder.

### **3 Por uma nova sociabilidade, por uma nova sensibilidade ao mundo**

Sob a ótica marxista, o capitalismo cumpriu uma tarefa histórica, que foi revolucionar a força produtiva do trabalho humano, desenvolvendo a ciência e a tecnologia como nenhum outro modo de produção que o antecedeu o fez. Essa tarefa histórica reveste-se de uma política necessária – que se estende da observação participativa das microrrupturas do cotidiano com a ordem do capital a uma macropolítica capaz de nos fazer participar de um novo modo de vida não perverso –, sobre a qual pode-se pensar num reino da liberdade no estilo da melhor tradição marxista, que não se opõe ao desenvolvimento máximo das forças produtivas – é sua conseqüência lógica e sua possibilidade ética.

Criatividade e inovação, nesse quadro, só poderiam se desenvolver: 1) no exercício da liberdade, definida como capacidade de escolher entre as alternativas com a clara compreensão de suas conseqüências; 2) na vigência do potencial emancipatório da ciência – através da democratização e da descolonização da ciência –, com a transição da monocultura do saber científico para a ecologia dos saberes; e 3) diante da superação de conflitos sociais importantes com os quais as ideologias estão intimamente ligadas – e, por que não dizê-lo – diante da existência concreta, porém velada, da luta de classes, consagrada na extrema mediação tecnocapitalista da intersubjetividade humana pelos MCM, com a chancela de uma ciência pós-moderna, considerada – de forma equivocada – a principal força produtiva em substituição ao valor-trabalho.

Exatamente porque o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores – dada a forma contemporânea do trabalho como expressão do trabalho social, que é mais complexificado, socialmente combinado e ainda mais intensificado nos seus ritmos e processos – ele deve aumentar a utilização e a produtividade do trabalho e

modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido. A diminuição do tempo físico de trabalho, bem como a redução do trabalho manual direto, articulado com a ampliação do trabalho qualificado, multifuncional, dotado de maior dimensão intelectual, só faz reafirmar o valor-trabalho, uma vez que o capital recorre cada vez mais às formas precarizadas e intensificadas de sua exploração, o que faz com que o trabalho se torne ainda mais fundamental para a realização de seu ciclo reprodutivo, num mundo em que a competitividade é a garantia de sobrevivência das empresas capitalistas, cuja “magia” reside na utilização ilimitada do valor de uso da própria mercadoria força de trabalho.

Não deve prosperar, assim, a tese que imagina que com a eliminação do trabalho vivo o capital possa continuar se reproduzindo. Não seria possível produzir capital e também não se poderia integralizar o ciclo reprodutivo por meio do consumo, uma vez que é uma abstração imaginar consumo sem assalariados. A articulação entre trabalho vivo e trabalho morto é condição para que o sistema produtivo do capital se mantenha. A tese de eliminação do trabalho abstrato, considerado dispêndio de energia física e intelectual para a produção de mercadorias, não encontra respaldo teórico e empírico para sua sustentação, e tem como principal problema analítico o fato de desconsiderar as interações existentes entre a potência constituinte de que se reveste o trabalho vivo e a potência constituída presente no trabalho morto. (ANTUNES, 2000: 120).

Se, por um lado, a crescente interação entre trabalho e ciência – como a expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza –, é apropriada no escopo da luta desigual para a subsunção real e formal do trabalho ao capital, por outro lado, partindo de um pressuposto marxiano, essa mesma interação pode promover o desenvolvimento de uma nova sociabilidade, na qual liberdade e necessidade se realizem mutuamente, seja pela regulação do processo de trabalho, seja pela otimização dos recursos naturais e produtivos existentes, já seja pela alocação racional dos recursos, lutando contra as formas de escassez e aproximando os indivíduos de uma potencial e necessária religação dos saberes.

No recente esforço de controlar o metabolismo social do capital, uma corrente do pensamento econômico ganha notoriedade e expressão, nutrindo um desprezo enorme pelas instituições e pelas regulamentações, e com o projeto de formar um novo ser humano: um trabalhador rápido, eficiente e capaz de sobreviver num mundo altamente competitivo. Tal tese, como vimos, tem implicações significativas, decorrentes do fato de que uma discussão séria sobre os rumos do desenvolvimento da tecnociência é incompatível com a forma mercantilizada de inserção das práticas tecnocientíficas na

sociedade que vem se fortalecendo na presente fase neoliberal da história do capitalismo. O neoliberalismo, além disso, contribui para a consolidação de um Estado que pouco ou quase nada interfere na economia, e cobre pouco imposto, o que faz com que, a médio prazo, esse Estado se torne dependente dos investimentos privados e comece a fazer o que as empresas determinarem para não perder força econômica. Essa relação desigual, em que vigora o excesso de poder do mercado, acaba por afetar a confiança na democracia, pois as decisões acabam sendo tomadas em arenas em que o cidadão não tem qualquer influência.

Diante do exposto, as reflexões de Aimé Césaire sobre a história da violência e da incompreensão produzidas pelo capitalismo e pela busca incessante de produtividade e maximização do lucro permanecem atuais para compreender as relações entre conhecimento e poder, nesses tempos de administração científica capitalista, marcados pela economia do desperdício, pela produção de escassez e pela falácia das soluções tecnológicas para os problemas sociais:

Falam-me de progresso, de “realizações”, de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima de si próprios.

Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas. [...]

Falo de milhões de homens arrancados aos seus deuses, à sua terra, aos seus hábitos, à sua vida, à dança, à sabedoria.

Falo de milhões de homens a quem inculcaram sabiamente o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a genuflexão, o desespero, o servilismo. [...]

Falam-me de civilização, eu falo de proletarização e de mistificação.

### Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*; ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

HABERMAS, Jürgen. *Técnica e Ciência como Ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1993.

MARX, Karl. *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*. Disponível em: [http://www.marxists.org/archive/marx/works/download/Marx\\_Grundrisse.pdf](http://www.marxists.org/archive/marx/works/download/Marx_Grundrisse.pdf)

MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política – Do Capital – O Rendimento e suas Fontes*. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (Col. Os Pensadores).

MÉSZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.